

As Tecnologias de Informação e Comunicação e a escola em meio rural

MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA RODRIGUES

rosario.rodrigues@ese.ips.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Resumo

Uma parte significativa do território português tem características rurais ou predominantemente rurais o que significa que muitas escolas portuguesas, estão inseridas em meio não urbano. Neste artigo procura-se identificar o que é uma zona rural e uma escola rural, discutindo algumas das suas características.

Face às características peculiares destas escolas, à revisão de literatura efectuada e de alguma experiência que possuímos, procurou-se reflectir sobre as vantagens e desvantagens da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nestes contextos educativos, não só em sala de aula, mas também como instrumento facilitador da relação entre a escola e a comunidade. As conclusões que retiramos apontam para um papel que, não sendo consensual, parece importante em qualquer uma destas áreas.

Palavras-chave:

1º Ciclo, Tecnologias de Informação e Comunicação, Internet, rural, escola rural, escolas de pequena dimensão.

Abstract

A significant part of the Portuguese territory has rural characteristics, or is predominantly rural, which also means that many Portuguese schools are located in non-urban areas. With this paper we intend to identify what is the meaning of a rural area and a rural school, by discussing some of its features.

Given the peculiar characteristics of these schools, the literature reviewed and some experience that we have, we tried to reflect on the advantages and disadvantages of the use of Information and Communication Technologies (ICT) in these educational contexts, not only within the classroom, but also as a tools to help the development of relationship building between the school and the community. The conclusions we draw are pointing to a role that, even though is not consensual, seems important in any of these areas.

Key concepts:

Primary schools, Information and Communication Technologies, Internet, rural, rural school, small schools.

Introdução

Nos últimos anos decorreram, em Portugal, vários projectos que procuraram promover a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em Escolas de 1ºCiclo de Ensino Básico (EB1). A nossa intervenção nesses projectos permitiu-nos perceber algumas das especificidades destas escolas, em particular aquelas de pequena dimensão, inseridas em meio rural. Este artigo constitui-se como uma revisão bibliográfica e surge na sequência da procura de entendimento destas escolas inseridas em meio rural. Factores como o isolamento geográfico determinam dificuldades no acesso à cultura e ao desenvolvimento profissional dos docentes que desempenham a sua actividade nestes contextos. A utilização das tecnologias nestas escolas tem o potencial de contribuir para alterar esta situação de isolamento e permitir a comunicação e a colaboração com outras escolas congéneres e outros parceiros da comunidade.

A região rural

Muitos autores referem a escola rural, estudando as suas particularidades sobre os mais diversificados pontos de vista, mas são poucos os que procuram clarificar o conceito de escola rural. No

contexto norte-americano, Rios (1988) considera que, para clarificar o que é uma escola rural, é necessário procurar saber o que significa uma região rural e afirma ter sido um conceito muito utilizado em investigação, mas que continua pouco claro. Procuraremos então olhar o conceito de região rural sob diferentes perspectivas e nelas incluir o contexto português.

O conceito de zona rural é frequentemente assumido por oposição a urbano. O dicionário da academia das ciências refere rural como o que é relativo ao campo, semelhante a rústico, diferente de urbano. A *Wikipédia* estende um pouco mais o conceito, continua a assumi-lo por oposição a urbano, mas refere que são regiões não urbanizáveis ou destinadas à limitação do crescimento urbano, utilizadas em actividades agropecuárias, agro-industriais, na silvicultura, ou na conservação ambiental.

A palavra "rural" como conceito genérico, utilizado na conversação diária, permite descrever com clareza a localização de uma casa ou lugar, a região onde se passam férias ou mesmo o local onde se nasceu. Neste contexto, todos nos entendemos e podemos mesmo imaginar uma área com poucas moradias, acesso por estradas estreitas ou terra batida. Mas este conceito utilizado no quotidiano é

de difícil generalização: o significado e a imagem do "rural" varia consideravelmente de um lugar para outro dentro e entre países. Hargreaves & Kvalsund (2009) discutem diferentes maneiras de definir esse conceito evasivo e consideram que ele pode ser definido do ponto de vista estatístico, cultural, geográfico e psicológico e, na revisão de literatura que fizemos, percebemos que existem referências de vários autores a estes diferentes tipos de classificação. As definições estatísticas de rural têm abordagens diferentes mas sempre efectuadas em função de factores estruturais e frequentemente associadas à densidade populacional, à dimensão dos lugares e ao emprego agrícola das populações.

Alguns países europeus que utilizam indicadores menos comuns como a distância entre dois lugares (medida em tempo de deslocação) ou os índices de poluição atmosférica (Hargreaves & Kvalsund, 2009).

Rios (1988) refere que na América do Norte, em 1983, foram consideradas rurais as zonas sem plano de urbanização e com uma população inferior a 2 500 habitantes.

Todos estes indicadores quantitativos nos parecem associados à densidade populacional que, como afirma Pinto (2000), é baixa nas

zonas rurais e é gerada pela existência de espaços destinados às actividades económicas, compostas, maioritariamente, por culturas agrícolas, floresta, pastório ou extracção mineira. A mecanização da agricultura e da criação de animais levou à constituição de espaços industriais, em particular em regiões onde existem grandes planícies que propiciam as indústrias de cereais.

No que se relaciona com os indicadores quantitativos de uma região rural, Rios (1988) propõe ainda que sejam tomados em consideração indicadores como o número de residentes permanentes, o número de residentes por habitação, a percentagem de empregos concentrados em poucas indústrias, a percentagem de residentes que trabalham em actividades relacionadas com a agricultura ou as pescas, a flutuação mensal do emprego e a percentagem de habitações com mais de quarenta anos.

Do ponto de vista cultural, segundo Pinto (2000), as sociedades rurais possuem uma grande homogeneidade que se reflecte num conjunto de valores e comportamentos comuns à população e que leva frequentemente a processos de entreajuda e de relações de vizinhança que se estabelecem com maior frequência do que nas zonas urbanas.

A baixa densidade populacional e a conseqüente maior distância entre aglomerados populacionais induz à centralidade da família do ponto de vista económico e social. A família é muitas vezes o local de residência, uma unidade de produção e uma unidade de consumo dos produtos que tem também um carácter de produção para subsistência. Esta unidade de produção é constituída por todos os membros da família e mesmo os mais novos desempenham muitas tarefas no dia-a-dia.

O trabalho agrícola é realizado, em grande parte, ao ar livre estando sujeito a contingências de ordem meteorológica. Muitas vezes os trabalhadores agrícolas são pouco qualificado mas a diversidade de tarefas é grande e depende das épocas do ano. Aos trabalhadores exige-se uma grande polivalência e uma intensidade diversificada que leva à ocupação sazonal com o seu ponto alto nas colheitas.

A introdução dos processos tecnológicos é, em muitos casos, só de carácter pontual não deixando de exigir uma intervenção humana sistemática com excepção de algumas produções e zonas geográficas onde existe uma organização produtiva do tipo industrial, como é o caso da produção de cereais em grande escala (Pinto, 2000).

Estes são os aspectos que nos parecem mais referidos na literatura

quanto se pretende caracterizar uma região rural. No ponto seguinte procuraremos clarificar os indicadores que se utilizam em Portugal para caracterizar as regiões rurais assim como perceber onde se situam e quantas são aquelas regiões.

A região rural portuguesa

Portugal era, até à década de 90, um país de características eminentemente rurais, onde as cidades mantinham uma relação estreita com o campo envolvente e onde as vilas se constituíam como centros administrativos locais, vivendo de e para o campo. Mas esta situação tem vindo a alterar-se progressivamente com esbatimento do espaço rural e do espaço urbano (Daveau, 1995). A mesma autora sustenta que, apesar das entidades oficiais não possuírem dados muito precisos, é possível verificar que a evolução das zonas rurais tem sido no sentido do retrocesso das zonas agrícolas para um aumento da área de floresta, assim como uma expansão acentuada do eucaliptal e dos solos incultos.

Dum ponto de vista formal, o Conselho Superior de Estatística português aprovou, em 1998, uma tipologia de áreas urbanas para Portugal, que integra três níveis: Áreas predominantemente urbanas

(APU); Áreas mediantemente urbanas (AMU) e Áreas predominantemente rurais (APR) e assume como base territorial de análise e classificação a freguesia. Esta tipologia de área urbana foi redesenhada em 2009 e passou a assumir espaços geográficos de dimensão inferior à da freguesia (secção estatística, já utilizada para divulgação do Censis da população efectuado 2001). A classificação das freguesias faz-se pela maioria de espaços que possui. Os critérios adoptados são os seguintes (INE, 2009):

- Espaço Urbano - Espaço tipificado como "solo urbano" nos Planos Municipais de Ordenamento do Território ou com densidade populacional superior a 500 habitantes por Km² ou integra um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes.
- Espaço Semi-urbano - Espaço tipificado como "solo não urbano" nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, com densidade populacional igual ou inferior a 100 habitantes por Km² e não integra um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes.
- Espaço de Ocupação Predominantemente Rural - Espaço tipificado como "solo não urbano" nos Planos Municipais de

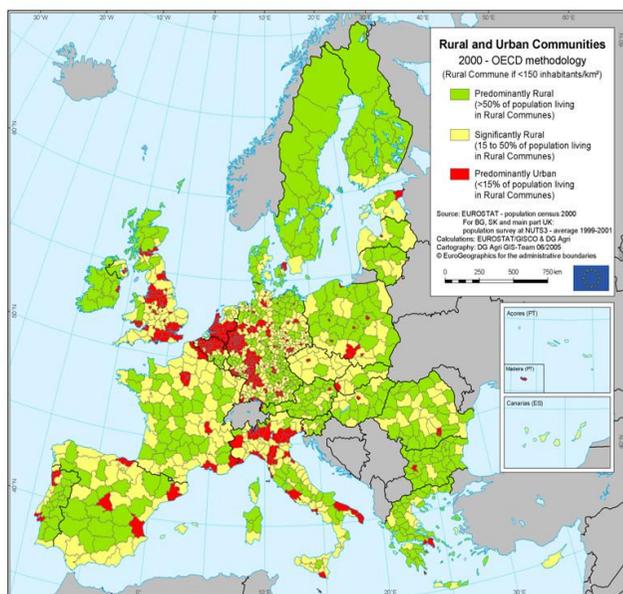
Ordenamento do Território, com densidade populacional igual ou inferior a 100 habitantes por Km² e não integra um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes.

No fundo, trata-se também de critérios que identificam a densidade populacional do lugar associando-a à classificação do solo, onde mais uma vez a ideia de rural se obtém por oposição a urbano.

Estes conceitos são muitos semelhantes aos definidos anteriormente e não foi possível encontrar a sua aplicação à realidade. Os dados que a seguir se apresentam são ainda com base nos critérios definidos em 1998, mas aplicados em 2008.

No âmbito do programa europeu Leader ("Programa comunitário leader - desenvolvimento rural 2007-2013," 2007) considera-se que a população urbana é a que reside nas áreas predominantemente urbanas, pelo que se conclui que as freguesias rurais, predominantemente rurais ou mediantemente urbanas têm uma superfície e uma população residente que representam respectivamente 82% e 32% dos totais do continente.

Assim, 82% do território do continente não é considerado urbano, mas, nesse território, trabalha e reside cerca de 32% da população.



A figura anterior ("Programa comunitário leader - desenvolvimento rural 2007-2013," 2007), construída com a metodologia de classificação da OCDE não só nos permite uma visão geral da Europa com uma pequena quantidade de espaços classificados como urbanos, como representa Portugal com uma esmagadora maioria do seu território classificado como rural.

No âmbito do mesmo programa reconhece-se a importância das zonas rurais e a necessidade de reforço da política de desenvolvimento rural, que constituem cerca de 91% do território

dos 27 estados membros com cerca de 56% da sua população.

O Instituto Nacional de Estatística efectua, de 10 em 10 anos, o Recenseamento Geral da Agricultura (Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2009). O último desses recenseamentos decorreu em 2009 mas a última publicação refere dados recolhidos em 1999 (INE, 2001) e, a título de curiosidade, registe-se algumas conclusões sobre o distrito de Setúbal ("Setúbal - Península Digital, "). A população agrícola do distrito regista 14,9% da população residente e a superfície agrícola total da corresponde a 73,4%.

O concelho mais rural é Palmela, com 50,1% da sua população afecta à actividade agrícola. O concelho de Sesimbra é o território onde as matas e florestas estão mais presentes ocupando 66,6% da sua superfície total.

Os dados recolhidos parecem indicar que o nosso país se mantém eminentemente rural. No entanto, estes dados não são muito actuais e a revisão da literatura aponta para uma transformação das características rurais e mesmo uma migração acentuada das populações dos contextos rurais para outros, de carácter mais urbano.

A transformação do contexto rural

A migração das populações das zonas rurais para as cidades é um fenómeno referido por vários autores e que tem vindo a contribuir para o progressivo desaparecimento das produções agrícolas.

Em Portugal, a comparação entre o Recenseamento geral da agricultura 1999 com o de 1989 (INE, 2001) permite chegar a algumas conclusões:

- Diminuiu o número de explorações agrícolas, que passaram a possuir maior dimensão;
- Verifica-se uma redução da mão-de-obra e um aumento da mecanização;
- Os produtores agrícolas possuem maior nível de instrução, mas são mais idosos;
- Houve um aumento do número de mulheres produtor agrícola;
- Houve um aumento da agricultura em part-time, desempenhada como uma segunda actividade.

Algumas destas conclusões são compatíveis com as reflexões de Pinto (2000) que defende que a agricultura permanece como a

actividade mais desenvolvida em meio rural, embora seja cada vez menos a única actividade.

Apesar do potencial desaparecimento progressivo das zonas rurais, é reconhecida a sua importância e existem muitos programas nacionais e europeus para o desenvolvimento destas zonas e das suas actividades económicas. Provavelmente as zonas rurais continuarão a sua transformação e a cultura de massas tenderá a apagar progressivamente as características peculiares destas regiões. No entanto, e enquanto esta transformação vai acontecendo, é importante não esquecer a quantidade do território nacional que continua inserido em regiões rurais ou predominantemente rurais.

Do ponto de vista cultural, Pinto (2000) refere que a migração das populações do rural para o urbano e a penetração do capitalismo nos contextos rurais tem vindo a contribuir para a retracção e a auto-exclusão social das populações rurais. A cultura local tem vindo a ser sobreposta pela cultura de massas e muitas vezes o que resta dessa cultura local transforma-se em mercadoria de venda na forma de folclore tradicional.

Apesar desta interpenetração há uma quantidade enorme do nosso território que continua a ser considerada rural ou predominantemente

rural e parece-nos pertinente perceber as características peculiares das escolas inseridas em meios rurais.

A escola Rural

Uma escola rural é tipicamente uma escola de pequena dimensão, com um ou dois professores com serviço lectivo distribuído e que asseguram, na sua sala, a leccionação de vários anos de escolaridade. A baixa densidade populacional dos meios rurais tem ainda a consequência de tornar estas escolas mais ou menos isoladas, isto é, a uma distância considerável de outras escolas congéneres.

Segundo Canário (2000) a importância da escola rural pode ser colocada a dois níveis: um com carácter de gestão e outro mais político. Do ponto de vista da gestão trata-se de gerir a rede escolar que, desenhada para uma sociedade de características predominantemente rurais, apresenta agora um número limitado de alunos e não permite um desenvolvimento educativo adequando, o que se percebe ainda melhor se pensarmos nas actividades colectivas, como o trabalho cooperativo e a prática desportiva. A visão mais política aponta para a valorização da escola como um local com práticas educativas de futuro e com uma forte relação com

a comunidade.

A discussão política em torno desta escola tem sido muito acalorada ao longo dos anos e Hargreaves & Kvalsund (2009) considera-as mesmo um paradoxo por serem considerados, por uns, uma extravagância económica e, por outros, um meio de angariar votos. Mas aqueles autores consideram ainda que, mais do que estas posturas extremadas, pode ser colocada a questão da sua sustentabilidade.

As características culturais da zona rural podem contribuir para uma escola que valoriza os processos educativos não formais (Canário, 2000), contribuindo para a articulação entre as actividades escolares e não escolares e entre a educação das crianças e dos adultos.

A procura de soluções equilibradas para estas escolas tem passado por várias etapas. Uma das soluções foi a constituição de agrupamentos onde existe cooperação e partilha de recursos e uma gestão comum. Estes agrupamentos fazem sentido sempre que a distância entre as escolas não seja muito grande e não onerasse demasiado as deslocações entre elas.

O fecho destas escolas tem também sido solução nalgumas

circunstâncias, mas coloca novos problemas relacionados com a deslocação das crianças, com custos económicos e ambientais do seu transporte e a contribuição para a degradação da evolução local. Esta foi uma solução adoptada, em muitas escolas portuguesas, nos últimos anos e Matthews, Klaver, Lennert, Conluain, & Ventura (2009) consideram que o problema do aumento da distância entre a habitação e a escola foi atenuado promovendo o acesso a transportes escolares.

A perda da escola numa zona rural pode ser decisiva para a manutenção da comunidade mas a veracidade desta afirmação, segundo Hargreaves & Kvalsund (2009), varia consideravelmente de lugar para lugar e é pouco sustentada por investigação. Nalguns países da Europa a importância da escola rural depende dos laços que construiu com a comunidade, noutros é a própria escola que tem de mostrar a sua relevância para a comunidade.

Amiguinho (2005) identifica a escola rural como potenciadora do desenvolvimento local quer do ponto de vista dos recursos materiais de que dispõe, quer do “significativo contributo que podem fornecer por desempenharem outras funções educativas e integrar uma política social” (p. 32). Canário (2000) considera que a experiência,

em Portugal e noutros países europeus, mostra que a pequena escala, a proximidade, a heterogeneidade da classe única podem ser transformados em pontos de apoio para a produção de novas práticas pedagógicas. A relação de proximidade que se estabelece entre a pequena escola e o seu contexto, as práticas educativas que ela encoraja, segundo o autor, podem contribuir para transformar a pequena escola em meio rural numa espécie de laboratório de uma outra escola.

Assim, apesar da acalorada discussão sobre a continuidade da escola rural, as decisões devem assentar por um lado na relevância da escola num determinado contexto e no sucesso que gera quer em termos da formação dos alunos, quer na relação com a comunidade.

O sucesso escolar nas zonas rurais

O sucesso de uma escola depende, antes de mais, da frequência dos alunos e vários estudos apontam para um crescimento maior da frequência de escolas urbanas do que de escolas rurais (Mulkeen & Chen, 2008). (Pinto, 2000) defende a mesma ideia em Portugal e refere mesmo que os valores do analfabetismo são maiores no interior, onde existem mais regiões rurais, do que no litoral.

Pinto (2000) encontra uma outra razão para o insucesso e a desistência uma vez que as populações não acreditam que o sucesso escolar se possa transformar numa mais-valia para o seu percurso profissional, não só porque as tarefas diárias se sobrepõem às escolares, mas também porque um título escolar não contribui para o sucesso nas competências necessárias para as tarefas agrícolas.

Mulkeen & Chen (2008), autores de um estudo sobre professores nas zonas rurais efectuado em vários países africanos, têm conclusões do mesmo tipo e afirmam que as crianças em áreas rurais podem ser consideradas mais difíceis de escolarizar. Têm menos encorajamento parental para ir à escola e mais ocupações para o seu tempo. Quando frequentam a escola, podem considerar os currículos pouco relevantes para a sua vida e podem receber menor apoio da família.

Um contributo importante para o sucesso educativo é a qualidade do trabalho efectuado pelo professor. Neste aspecto, existem dificuldades várias, desde logo na colocação dos professores que, segundo Mulkeen & Chen (2008) é difícil uma vez que os professores preferem trabalhar em zonas urbanas, o que se pode traduzir em colocação tardia de professores ou em disponibilização de professores menos qualificados uma vez que os mais qualificados

têm maior possibilidade de escolha de local para colocação.

No que se relaciona com a formação de professores, Dowling (2009) analisa a produção científica sobre escolas rurais na Escócia, nos últimos 15 anos e conclui que existe pouco pensamento teórico sobre esta realidade. Sugere um conjunto de áreas de investigação de que destacamos os papéis e responsabilidade da gestão local e a formação inicial tomada na perspectiva de reparar futuros profissionais para leccionar em áreas rurais.

Apesar destas dificuldades, os nossos contactos com professores que leccionam nestas áreas permitem-nos afirmar que alguns professores optam por leccionar nestas escolas, não só por preferirem regressar à residência nestas áreas, mas também porque consideram a contribuição da família para a aprendizagem dos jovens é mais cuidada do que nas zonas urbanas, que as crianças são mais tranquilas e mais disponíveis para trabalhar e, finalmente que o professor é mais respeitado nestas áreas do que nas urbanas.

As TIC na escola rural

As características de isolamento geográfico destas escolas tornam particularmente interessante a utilização das TIC que se podem

constituir quer como meio de acesso à Internet para leitura de informação, quer como meio de comunicação, quer ainda como meio de divulgação e construção de actividades conjuntas com outros elementos fora da escola.

No que se refere à leitura de informação na Internet, Osório (2005) refere a sua importância para os alunos que assim podem contactar com informação a que antes não tinham acesso e refere a possibilidade de enviar e receber correio electrónico, não só para comunicar com outros, mas também para construção de projectos conjuntos. Este autor sugere mesmo a manutenção das escolas como recurso ao dispor da comunidade, mesmo após o seu desaparecimento enquanto estabelecimento de ensino em consequência das medidas políticas de encerramento das escolas de pequena dimensão. Esta ideia da escola como pólo cultural de abertura e de aprendizagem de toda a comunidade educativa e envolvente é reiterada por Belchior & Rodrigues (2009).

A importância da utilização das TIC em escolas de pequena dimensão, mesmo que não inserida em meio rural, transparece também no relatório de auto-avaliação efectuado por Becta (2009) onde se pode perceber como as TIC são utilizadas em processos de

gestão das escolas, em projectos educativos, nomeadamente na relação da escola com a comunidade e a família.

Belchior & Rodrigues (2009) efectuaram um estudo de caso numa escola rural onde existe uma utilização assídua dos computadores pelos alunos, durante as aulas, e onde existe uma plataforma que é utilizada para estabelecer a relação entre a escola e as famílias para que possam acompanhar o que se passa na escola e, em particular, os trabalhos dos seus educandos. A plataforma é considerada como um recurso facilitador de comunicação com as famílias e de aprendizagem para os alunos. Grácio, Rodrigues, & Torres (2009) consideram que aquele projecto conseguiu progressivamente o envolvimento dos pais na vida escolar, mas reconhecem que se trata de um projecto que, em grande medida é promovido por um professor.

Esta possibilidade das tecnologias facilitarem a relação entre a escola e a família levanta algumas questões a que Pal, Lakshmanan, & Toyama (2007) procuraram responder quando efectuaram um estudo na Índia, onde procuraram perceber as percepções que os pais têm sobre a utilização dos computadores nas escolas. Uma das conclusões indicou que os pais apoiaram entusiasticamente os

investimentos em computadores como um meio de ascensão social, melhorando o acesso a postos de trabalho.

Inesperada foi a ideia de que os computadores são um bem público com mais possibilidade de ser bem utilizado na escola do que em casa, e que os professores tinham mais competências do que os pais para orientar e supervisionar as crianças na utilização de um dispositivo os pais não dominam. Vários pais enfatizam a ideia do bem comum, que devem ser utilizado para aprendizagem conjunta, na aprendizagem com o outro e que pode estender a ideia de igualdade.

Hargreaves & Kvalsund (2009) advogam que as TIC têm um papel paradoxal nas escolas rurais, uma vez que eliminam qualquer senso de lugar, tempo ou distância, mas, por outro lado, pode permitir acesso a informações de outra forma desconhecidas para o indivíduo.

Assim, a utilização das TIC pode ser um contributo para a independência do lugar, mas existem argumentos no sentido de que na pequena escola rural não se sabe lidar com as exigências de uma utilização das TIC horizontal ao currículo.

Numa perspectiva mais crítica, Howley & Howley (1995) assume

como exageradas as perspectivas de que as TIC podem resolver os problemas das escolas rurais. Os autores discutem a adequação das tecnologias para a educação de uma comunidade rural e recusam os seguintes argumentos: promovem o poder, promovem a riqueza e a igualdade. As tecnologias apropriadas para os estudantes e professores das zonas rurais devem servir para legitimar interesses das regiões rurais em oposição àquelas que têm contribuído para a sua destruição; e deve cultivar a virtude como algo que existe localmente em vez de a importar. Finalmente os autores referem que a tecnologia deve sustentar em vez de desviar os valores e os recursos locais.

É certo que a existência de tecnologias na escola rural permite o acesso a informação outrora de difícil acesso, informação essa maioritariamente produzida pelos meios urbanos que se podem tornar ainda mais apelativos para os jovens oriundos destas zonas. Mas é também verdade que, com o advento da Web 2.0, é possível publicar com facilidade na Internet, sem necessidade de grande requisitos técnicos antes indispensáveis para a construção e publicação de páginas. Esta possibilidade pode ser transformada numa mais-valia para as escolas em meios rurais onde é permitido

agora, sem grande dificuldade, divulgar as suas especificidades. Mas do que uma tecnologia apropriada a meios rurais, o que nos parece importante é que se faça uma utilização destes meios de acordo com as necessidades do contexto em que foram colocados. Assim, e numa fase em que no nosso país começam a existir muitas tecnologias disponíveis nas escolas, mais do que discutir as tecnologias, parece-nos importante dotar os professores de meios que lhes permitam utilizá-las ao serviço da aprendizagem dos alunos e da própria comunidade.

Yarrow, Ballantyne, Hansford, Herschell, & Millwater (1999), num artigo de revisão bibliográfica sobre o ensino em escolas remotas e rurais conclui que a investigação aponta para a existência de uma preocupação com a formação inicial e contínua dos professores. Do ponto de vista da formação inicial os autores apontam para a necessidade de sensibilizar os futuros professores para os problemas específicos destes contextos, como forma de diminuir as dificuldades que sentem quando são aí colocados, em particular os professores que são oriundos de zonas urbanas. Quando à formação em serviço o autor aponta para a necessidade de estabelecimento de relações com instituições congéneres e com instituições de ensino superior de

modo a esbater o isolamento e a estabelecer pontos de encontro e reflexão conjunta a distância. Sugerimos que também aqui as tecnologias podem desempenhar um papel importante uma vez que podem constituir-se como suporte à constituição de comunidades de prática onde estes problemas podem ser debatidos.

Reflexões finais / Conclusões

Uma das dificuldades sentidas ao consultar informação sobre as regiões rurais foi a falta de dados claros e actuais sobre a quantidade do território classificado como rural, a quantidade de população residente nessas zonas e a quantidade de escolas nelas a funcionar. Apesar disso, ficamos com a ideia de que muito mais de metade do território do país pode ser considerado não urbano e que mais de um quarto da população reside nesse território. Estes números fazem-nos pensar que é importante perceber as características particulares das escolas inseridas nestas regiões e o possível papel que as TIC podem desempenhar para a aprendizagem destes alunos.

As tecnologias permitem dotar as escolas de melhores acessos a recursos com acesso à Internet, com a possibilidade de divulgar a sua cultura e as suas características sociais, com a construção de

projectos com elementos do exterior, quebrando algum do seu isolamento geográfico e com a possibilidade de contribuir para estreitar a relação entre a escola e a comunidade envolvente. No entanto, para que a utilização das tecnologias seja mais adequada seria importante que fossem utilizadas, de facto, de acordo com as necessidades destas comunidades pelo que a formação inicial e contínua de professores devia incluir aspectos específicos destas comunidades, desconhecidos para quem sempre viveu em meios urbanos e a exploração educativa das utilizações das tecnologias nestes contextos.

Referências Bibliográficas

Amiguiño, A. (2005). Educação em meio rural e desenvolvimento local [Electronic Version]. *Revista Portuguesa de Educação*, 18, 07-43. Consultado a 10 de Junho de 2009, em http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872005000200002&lng=pt&nrm=iso

Becta. (2009). Self-review framework for small schools. Consultado a 13 de Junho de 2009, em <http://publications.becta.org.uk/display.cfm?resID=40197&page=1835>

Belchior, M., & Rodrigues, M. R. (2009). Study of Technology's impact on Primary Schools - Case Study: EB1 de Foros do Trapo [Electronic Version]. Consultado a Janeiro de 2010, em http://steps-project.wikispaces.com/file/view/PT_Foros_STEPS_case+study_FINAL.d

oc

Canário, R. (2000). A escola no mundo rural. Contributos para a construção de um objecto de estudo [Electronic Version]. *Educação, Sociedade & Culturas*, 14, 121-139. Consultado a Janeiro de 2010, em <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC14/14-7-canario.pdf>

Daveau, S. (1995). *Portugal Geográfico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Dowling, J. (2009). Changes and Challenges: Key Issues for Scottish Rural Schools and Communities. *International Journal of Educational Research*, 48(2), 129-139.

Grácio, J., Rodrigues, M. R., & Torres, J. V. (2009). *Ligar Foros do Trapo: Uma Experiência de Comunicação, Através das TIC, com Encarregados de Educação e Alunos do 1º Ciclo* Paper presented at the VI Conferência Internacional de TIC na Educação - Challenges 2009, Braga.

Hargreaves, L., & Kvalsund, R. (2009). Reviews of research on rural schools and their communities in British and Nordic countries: Analytical perspectives and cultural meaning [Electronic Version]. *International Journal of Educational Research*, 48 80-88,

Howley, C. B., & Howley, A. (1995). The power of babble: Technology and rural education [Electronic Version]. *Phi Delta Kappan*, 77, 126-131. Consultado a Janeiro de 2010, em http://www.eric.ed.gov/ERICDocs/data/ericdocs2sql/content_storage_01/000019b/80/13/e4/fa.pdf

INE. (2001). *Recenseamento geral da agricultura 1999* Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (2009). Tipologia das áreas urbanas. Consultado a Janeiro de 2010,

em

<http://www.ine.pt/xportal/ine/portal/portlets/html/conteudos/listaContentPage.jsp?BOUI=6251013>

Matthews, P., Klaver, E., Lennert, J., Conluain, G. Ó., & Ventura, A. (2009). *Políticas de valorização do primeiro ciclo do ensino básico (Avaliação Internacional)*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Avaliação da Educação.

Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. (2009). Plano Estratégico Nacional (PEN) para o Desenvolvimento Rural Consultado a Janeiro de 2010, em <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/drural/>

Mulkeen, A., & Chen, D. (2008). *Teachers for Rural Schools. Experiences in Lesotho, Malawi, Mozambique, Tanzania, and Uganda*. Washington: The World Bank.

Osório, A. J. (2005). *E-learning em escolas rurais ou isoladas*. Paper presented at the Jornadas da Sociedade da Informação em Espaços Periféricos (SINDUR), Santiago de Compostela.

Pal, J., Lakshmanan, M., & Toyama, K. (2007). “*My child will be respected*”: *Parental perspectives on computers and education in Rural India*. Paper presented at the International Conference on Information Technologies and Development (ICTD2007), Bangalore, India.

Pinto, J. M. (2000). *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Programa comunitário leader - desenvolvimento rural 2007-2013. (2007). Consultado Janeiro 2010.

http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index_pt.htm

Rios, B. R. D. (1988). "Rural"-A Concept Beyond Definition? ERIC Digest [Electronic Version]. *ERIC Clearinghouse on Rural Education and Small Schools Las Cruces NM*. Consultado a 24 de Maio de 2009, em <http://www.ericdigests.org/pre-929/concept.htm>

Setúbal - Península Digital. Consultado a Janeiro de 2010, em <http://www.setubalpeninsuladigital.pt/pt/conteudos/mundo+rural/Caracteriza%C3%A7%C3%A3o+agr%C3%ADcola+da+PS.htm>

Yarrow, A., Ballantyne, R., Hansford, B., Herschell, P., & Millwater. (1999). Teaching in rural and remote schools: a literature review [Electronic Version]. *Teaching And Teacher Education*, 15, 1-13. Consultado a Janeiro de 2010, em <http://espace.library.uq.edu.au/view/UQ:35253>

Nota Biográfica

Licenciada em Engenharia Informática pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (1979) e mestre em Multimédia em Educação pela Universidade de Aveiro (2006). É professora adjunta no Departamento de Tecnologias de Informação e Comunicação da Escola Superior de Educação de Setúbal e tem participado em vários projectos nacionais e internacionais de utilização educativa das TIC. Foi membro da gestão distrital, em Setúbal, do projecto Internet@EB1, mais tarde designado CBTIC@EB1 (2002/03 a 2005/06) e coordenou o Centro de Competência TIC da Escola Superior de Educação de Setúbal.